



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIACHUELO

CONTRATO Nº 011/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CELEBRADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO E A
EMPRESA EXCELLENCE CONSULTORIA,
ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA, DECORRENTE DA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2023.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO DE RIACHUELO/SE, inscrito no CNPJ nº 14.682.569/0001-99, com sede na Rua Santa Maria, 97, Centro, Riachuelo/SE, neste ato representado por sua Secretária, a Sra. **MARIA VANEIDE OLIVEIRA ARAÚJO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **EXCELLENCE CONSULTORIA, ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 40.316.950/0001-44, com sede na Rua Temístocles Salomão, 14, Sala J, Centro, Capela/SE, neste ato representada por sua Sócia Administrativa, a Sra. **LARISSA MAMLAK QUINTELA**, portadora do CPF nº 064.XXX.XXX-75, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo de **Dispensa nº 002/2023**, têm justo e acordado entre si o presente Contrato de Prestação de Serviços, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (Art. 55, inciso XI, da Lei nº 8.666/93)

O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA TÉCNICA E OPERACIONAL NA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE RIACHUELO/SE**, de acordo com a proposta da contratada e da Lei nº 8.666/93, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (Art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93)

O Valor Global do Contrato é de **R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais)**, que será pago de acordo com a prestação do serviço.

ITEM	DETALHAMENTO	UND	QNT	PRAZO ENTREGA	VLR UNI R\$	VLR TOTAL R\$
1	ELABORAÇÃO DE EDITAIS E RESOLUÇÕES	SERV.	1	31/03	1.600,00	1.600,00
2	REALIZAÇÃO DE ENCONTROS COM O CMDCA E ASSESSORAMENTO PARA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO TUTELAR NO ANO 2023	SERV.	1	PERÍODO ELEITORAL	2.100,00	2.100,00
3	REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE INSCRIÇÕES, AVALIAÇÃO E CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS, CONFORME LEI MUNICIPAL JUNTO AO CMDCA	SERV.	1	31/03 A 12/05	2.100,00	2.100,00
4	ACOMPANHAMENTO	SERV. E	1	15/05 A 13/06	1.700,00	1.700,00



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIACHUELO

	DIVULGAÇÃO AO CMDCA DA LISTAGEM DOS CANDIDATOS APTOS A PROSEGUIR NO PROCESSO ELEITORAL					
5	ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, CORREÇÃO DE PROVA PARA AVALIAÇÃO DOS CANDIDATOS	SERV.	1	25/06	2.000,00	2.000,00
6	REALIZAÇÃO DA CAPACITAÇÃO TEMÁTICA SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ECA, PARA OS PRÉ-CANDIDATOS AO CARGO DO CONSELHO TUTELAR	SERV.	1	15/06	1.800,00	1.800,00
7	ORGANIZAÇÃO LOGÍSTICA E APURAÇÃO DOS VOTOS, BEM COMO A DIVULGAÇÃO DE RESULTADO JUNTO AO CMDCA	SERV.	1	01/08 A 01/10	2.100,00	2.100,00
8	CAPACITAÇÃO DE 40H PARA OS CONSELHEIROS TUTELARES E SUPLENTE, ELEITOS PELO PLEITO	SERV.	1	16/10 A 21/10	1.900,00	1.900,00
9	DIPLOMAÇÃO, CONFECÇÃO E ENTREGA DOS CERTIFICADOS DA CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES, TITULARES E SUPLENTE	SERV.	1	24/10	2.100,00	2.100,00
TOTAL: R\$ 17.400,00 (DEZESSETE MIL E QUATROCENTOS REAIS)						

§1º - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante vencedor, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável, dada a prestação do serviço.

§2º - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com a Fazenda estadual e prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e perante o FGTS - CRF.

§3º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§4º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5º - Os preços serão fixos e irrevogáveis, caso o Contrato venha a ser prorrogado, o valor poderá vir a ser reajustado, mediante acordo entre as partes, com base na variação do INPC, e desde que compatível com o preço de mercado, na forma do art. 65, §8º da Lei nº. 8.666/93.

§6º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

§7º - Nestes preços estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

§8º - O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º §2º, Inciso III, da Lei nº 4.320/1964, art. 5º e 7º, §2º, Inciso III, da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIACHUELO

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O presente Contrato terá vigência a partir da data da assinatura até 31/12/2023, conforme o cronograma a ser realizado pela Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 55, inciso V, da Lei n.º 8.666/93)

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Riachuelo/SE, conforme classificação orçamentária abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	4002 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROJETO/ATIVIDADE	2050 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	3390.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSO	15000000

CLÁUSULA QUINTA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (Art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93)

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Pagamento dos salários, encargos sociais, taxas, fornecimento dos produtos e demais despesas exigidas, será de responsabilidade da Contratada;
- A CONTRATADA deverá executar o fornecimento descritos no presente Contrato e outros que, porventura, venham a ser fazer necessário durante o decorrer do período;
- A Contratada deverá, se assim exigido, manter à disposição no local do fornecimento, o responsável pela empresa.
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Fundo Municipal de Assistência Social ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.
- Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência desta.
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do Contratante.
- Manter, durante toda execução do Contrato, as condições inicialmente pactuadas

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº. 8.666/93;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada ao fornecimento, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93)



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIACHUELO

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO (Art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93)

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº. 8.666/93.

§1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§2º - No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

§3º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93)

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no Artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (Art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93)

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos do Contrato de Dispensa que, simultaneamente:

• não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93)

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº. 8.666/93.



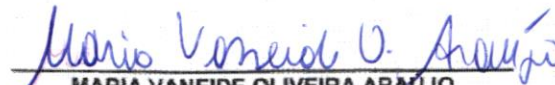
ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIACHUELO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

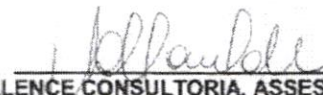
As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Riachuelo, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Riachuelo/SE, 28 de Março de 2023.



MARIA VANEIDE OLIVEIRA ARAÚJO
Secretária Municipal de Assistência Social
Contratante



EXCELLENCE CONSULTORIA, ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA
LARISSA MAMLAK QUINTELA
Contratada

Testemunhas: _____ CPF _____
_____ CPF _____